



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 1461, DE 2021

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o direito ao restabelecimento de serviço de telecomunicações suspenso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

“Art. 3º

.....

XIII – ao restabelecimento do serviço suspenso em razão de débito, prestado em qualquer regime, em até 24 horas após a quitação integral do débito ou da primeira parcela, em caso de celebração de acordo com a prestadora.

.....

§ 2º Para fins do disposto no inciso XIII do caput deste artigo, considera-se que:

I – a contagem de prazo se inicia quando da efetiva quitação do débito por parte do usuário, que poderá ser atestada mediante envio de documento comprobatório à prestadora;

II – a simples comunicação de quitação realizada pelo usuário poderá ser recebida, uma única vez, como prova suficiente de pagamento, contudo caso a quitação do débito não possa ser efetivamente confirmada posteriormente, o restabelecimento do serviço somente voltará a ocorrer mediante a comprovação prevista no inciso I;

III – caso o serviço não seja restabelecido dentro do prazo, deverá ser oferecido desconto proporcional aos dias excedidos sem prestação do serviço, em valor dobrado, na fatura subsequente. (NR)”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2025.

Deputado **Julio Cesar Ribeiro**
Presidente

Apresentação: 07/10/2025 11:18:59.057 - CCOM
SBT-A 1 CCOM => PL 1461/2021

SBT-A n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259593545700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



* C D 2 5 9 5 9 3 5 4 5 7 0 0 *